

• CAPÍTULO 7 •

‘Década Internacional das Línguas Indígenas’ e Formação de Professores Indígenas

Maria Gorete Neto⁹²

Introdução

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu, através da Resolução A/RES/74/135 (UNESCO, 2020), o período de 2022-2032 como a Década Internacional das Línguas Indígenas (doravante IDIL 2022-2032) e solicitou à UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) a coordenação e centralização das atividades. Essa discussão iniciou-se em 2016, quando a Assembleia Geral da ONU proclamou o ano de 2019 como o Ano Internacional das Línguas Indígenas, que culminou com a proposição da Década. A iniciativa tem por objetivo chamar a atenção para a situação crítica na qual se encontram as línguas indígenas ao redor do mundo e para a urgência de ações efetivas, tanto em nível nacional como em nível internacional, para a promoção, preservação e revitalização destas línguas.

Um plano de ação global vem sendo construído com a participação de representantes dos povos indígenas, organizações da sociedade civil, representantes das universidades, pesquisadores, dentre outros. O protagonismo indígena na construção e implementação deste plano tem sido veementemente pleiteado pelos povos indígenas.

Neste sentido, os participantes do “Evento de Alto Nível intitulado *Construyendo un Decenio de Acciones para las Lenguas Indígenas*”, realizado na cidade do México, em fevereiro de 2020, elaboraram o documento ‘*Declaración de Los Pinos [Chapoltepek] — Construyendo un Decenio de Acciones para las Lenguas Indígenas*’ que recomenda princípios, orientações estratégicas e procedimentos a serem adotados na construção do plano global para a década. Deste documento, norteador da IDIL 2022-2032, sai o lema “Nada para nós sem nós”, reivindicando a centralidade e protagonismo indígenas, em todos os assuntos de seu interesse na Década:

⁹² Universidade Federal de Minas Gerais, mariagorete_net@yahoo.com.br

“Centralidade dos povos indígenas – “Nada para nós sem nós”, segundo o princípio da livre determinação; o direito de utilizar, desenvolver, revitalizar e transmitir às gerações futuras, de forma oral e escrita, línguas que espelhem as ideias e os valores dos povos indígenas, suas identidades e sistemas de conhecimentos e culturas tradicionais; a igualdade no trato com as línguas indígenas em relação a outras línguas; e a participação efetiva e inclusiva de todos os povos indígenas na consulta, planejamento e execução de processos baseados em direito à consulta livre, prévia e informada desde o começo de toda a iniciativa de desenvolvimento, assim como o reconhecimento das barreiras e os problemas específicos que as mulheres indígenas enfrentam, cujas identidades, tradições culturais e formas de organização social melhoram e fortalecem as comunidades em que vivem.” (Declaração de Los Pinos, 2020, p. 4, tradução livre)⁹³

Com base nesse princípio e para dar viabilidade à construção do plano global de ações para a Década, foram criados grupos de trabalho (GT) como: GT UNESCO – que congrega os GTs do mundo todo, e GT América Latina e Caribe, com três representantes indígenas da América Latina, dentre eles, a única mulher indígena, a professora e pesquisadora brasileira Dra. Altaci Rubim Kokama. Sob a coordenação da professora Altaci, no Brasil, foi criado o GT Nacional, desmembrado em três outros grupos de trabalho, a saber, GT Línguas Indígenas, GT Português Indígena, do qual sou membro, e GT Línguas de Sinais Indígenas. Importante enfatizar que todos os GTs são coordenados por intelectuais indígenas, com apoio de aliados não indígenas de universidades e organizações indigenistas.

A primeira grande tarefa dos GTs foi elaborar um plano de ação para a Década, com o intuito de atender o contexto indígena brasileiro. O texto final, entendido sempre como ‘em construção’, foi fruto de inúmeras reuniões em que se discutiu coletivamente quais seriam as demandas dos povos indígenas bem como a proposição de estratégias de atendimento a essas demandas. Todo o processo foi realizado em 2021, no formato remoto, devido à pandemia COVID 19, o que aumentou o desafio de elaboração desse documento, haja vista que em muitas comunidades indígenas o acesso à internet é precário. Posteriormente, esse plano foi traduzido para a língua inglesa e enviado para a UNESCO, para compor o plano global. Infelizmente, as línguas oficiais da UNESCO são línguas majoritárias como, por exemplo, Inglês, Espanhol, Francês, e, até este momento,

⁹³ Centralidad de los pueblos indígenas — “Nada para nosotros sin nosotros”, según el principio de la libre determinación; el derecho a utilizar, desarrollar, revitalizar y transmitir a las generaciones futuras, de forma oral y escrita, lenguas que reflejen las ideas y los valores de los pueblos indígenas, sus identidades y sistemas de conocimientos y culturas tradicionales; la igualdad de trato de las lenguas indígenas con respecto a otras lenguas; y la participación efectiva e inclusiva de los pueblos indígenas en la consulta, la planificación y la ejecución de procesos basados en su derecho al consentimiento libre, previo e informado desde el comienzo de toda iniciativa de desarrollo, así como el reconocimiento de las barreras y los problemas específicos que encuentran las mujeres indígenas, cuya identidad, tradiciones culturales y formas de organización social mejoran y fortalecen las comunidades en que viven. (Declaración de Los Pinos, 2020, p. 4)

não há línguas indígenas sendo utilizadas. Isso implica em um esforço ainda maior dos povos indígenas para participar efetivamente das decisões, em especial no GT UNESCO, por causa da barreira da língua.

Como preparo ao início da Década, ainda em 2021, uma segunda tarefa organizada pela coordenação dos GTs foram os encontros regionais: Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul. O objetivo foi apresentar e discutir com os povos indígenas de cada região o plano enviado à UNESCO. Também esses encontros foram em formato remoto, mas ainda assim obtiveram boa adesão dos povos indígenas dessas localidades. Nos regionais, espera-se que cada povo se apodere do documento e faça as sugestões para alteração e/ou incorporação de demandas.

Além dessas ações locais, foi realizada uma pesquisa online lançada pelo site da UNESCO com o intuito de atingir o maior número de pessoas nessa fase de preparo para as ações da Década. Conforme informações do site, a pesquisa foi formulada considerando as orientações da Declaração de Los Pinos e as contribuições do Grupo Ad Hoc para a preparação do plano de ação global, podendo ser respondida nas línguas inglesa, francesa e espanhola. Como referido, há uma grande aposta na Década, como um dos momentos mais importantes até agora para conscientizar a população global para a luta pelas línguas indígenas:

A IDIL2022-2032 é uma oportunidade única para aumentar a conscientização sobre a importância das línguas indígenas para o desenvolvimento sustentável, a construção da paz e reconciliação em nossas sociedades, assim como para mobilizar todos os recursos e todos os interessados para apoiar e promover as línguas indígenas no mundo. (UNESCO, 'Seja parte estratégica do planejamento', 24 nov 20, tradução livre)⁹⁴

É com o intuito de aproveitar essa oportunidade e de contribuir nas discussões em andamento, que esse artigo se propõe a refletir sobre a formação dos professores indígenas em contexto de licenciaturas indígenas, tendo em vista a IDIL 2022-2032. Na formação dos docentes indígenas, a reflexão teoricamente informada sobre as línguas faladas pelos povos indígenas bem como sobre as estratégias de ensino e produção de materiais nessas línguas deve ser considerada central, principalmente pela relevância das escolas indígenas na promoção, conservação e revitalização linguística. A discussão será

⁹⁴ The IDIL2022-2032 is a unique opportunity to raise awareness of the importance of indigenous languages for sustainable development, peace-building and reconciliation in our societies, as well as to mobilize stakeholders and resources around the world to support and promote indigenous languages worldwide. (UNESCO, 'Be a part of strategic planning', 24 nov 20)

realizada com foco no curso de licenciatura em Formação Intercultural para Educadores Indígenas (doravante FIEI), da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, onde atuo há mais de dez anos como professora da área de Linguagens.

A Formação de Professores Indígenas e a Reflexão Sobre as Línguas Faladas pelos Povos Indígenas

A Declaração de Los Pinos enfatiza a educação inclusiva e de qualidade, bilíngue, multilíngue e em língua materna como um dos pilares na promoção e fortalecimento das línguas indígenas:

garantir uma educação inclusiva e equitativa de qualidade, incluída a educação bilíngue, multilíngue e em língua materna, e promover oportunidades de aprendizagem permanente para os educandos e usuários das línguas indígenas em todas as idades, gêneros e capacidades, assim como proporcionar formação, reconhecimento da competência linguística e oportunidades de emprego para os docentes de línguas indígenas na formação inicial e para os tradutores e intérpretes, e proporcionar-lhes formação e materiais de aprendizagem adequados. (Declaração de Los Pinos, 2020, p. 5; tradução livre)⁹⁵

Para que haja uma educação escolar indígena voltada aos anseios dos povos indígenas é necessária a formação docente indígena de qualidade. Em se tratando da atuação indígena para o fortalecimento de suas línguas e das expectativas levantadas pela IDIL 2022-2032, não se pode partir do pressuposto que qualquer professor indígena esteja apto a discutir propostas de políticas linguísticas e políticas de ensino que envolvam as línguas faladas pelo seu povo. É necessário que este professor esteja preparado, na teoria e na prática, para essa tarefa.

Em termos de regramento, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) garante aos povos indígenas o uso de suas línguas originárias e seus métodos próprios de ensino aprendizagem, além do uso da língua portuguesa: “Art. 210 § 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.”.

⁹⁵ Garantizar una educación inclusiva y equitativa de calidad, incluida la educación bilingüe, multilingüe y en la lengua materna, y promover oportunidades de aprendizaje permanente para los educandos y usuarios de lenguas indígenas de todas las edades, géneros y capacidades, así como proporcionar formación, reconocimiento de la competencia lingüística y oportunidades de empleo a los docentes de lenguas indígenas en la formación previa al empleo/inicial o en el empleo y a los traductores e intérpretes, y proporcionarles formación y materiales de aprendizaje adecuados; (Declaración de Los Pinos, p. 5)

O uso das línguas originárias é um dos princípios fundantes da educação escolar indígena que deve ser diferenciada, específica, bilingue e intercultural, conforme reconhecido pela LDB - Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996). A LDB também informa ser atribuição do Estado garantir que esses princípios sejam efetivados e recomenda a formação, em serviço, de professores indígenas em nível superior.

O Conselho Nacional de Educação (CNE), através da Resolução 03/99 (BRASIL, 1999), criou a categoria escola indígena e reforçou a necessidade de formação de professores indígenas. Esta resolução estabelece como deve ser a escola indígena e dá autonomia aos povos indígenas para que construam suas escolas de acordo com os interesses de suas comunidades. A Resolução determina também que, para atuar na escola indígena, os professores sejam prioritariamente indígenas e enfatiza a formação específica e em serviço para a atuação nestas unidades, com a recomendação de que estes profissionais também se formem em nível superior.

Essas orientações são reforçadas nas DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (BRASIL, 2012), e ratificadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio (BRASIL, 2015) que, além de sublinhar o estabelecido na legislação pregressa, indica o conhecimento das línguas originárias como condição essencial ao perfil do professor indígena. Por isso, a formação dos docentes indígenas deve se atentar para reflexão, em sentido amplo, sobre as línguas indígenas:

Art. 7º Em atenção aos perfis profissionais e políticos requeridos pelos povos indígenas, os cursos destinados à formação inicial e continuada de professores indígenas devem prepará-los para:

[...]

II - conhecimento e utilização da respectiva língua indígena nos processos de ensino e aprendizagem;

[...]

III - realização de pesquisas com vistas à revitalização das práticas linguísticas e culturais de suas comunidades, de acordo com a situação sociolinguística e sociocultural de cada comunidade e povo indígena;

[...]

VII - construção de materiais didáticos e pedagógicos multilíngues, bilíngues e monolíngues, em diferentes formatos e modalidades;

A tarefa de formar professores, em nível superior, tem sido atribuição dos mais de vinte cursos de licenciatura indígena atualmente em funcionamento no território brasileiro: “21 IES (14 universidades federais, 5 universidades estaduais e 2 institutos federais de educação, ciência e tecnologia), ofertando 25 cursos, em 16 estados da federação.”

(Nascimento, 2017, p. 64). No caso do curso FIEI, em funcionamento desde 2009, a formação com enfoque intercultural tem sido ofertada em quatro habilitações: 'Ciências Sociais e Humanidades', 'Matemática', 'Ciências da Vida e da Natureza', 'Línguas, Artes e Literatura'. Com o intuito de garantir a formação docente em serviço, o curso funciona com etapas intensivas na universidade e etapas intermediárias nas aldeias, quando os estudantes indígenas realizam suas pesquisas, atuam nas escolas e tomam parte das demais atividades da aldeia.

O curso tem intensa participação das lideranças e sábios indígenas no colegiado e no Conselho Consultivo Indígena, composto por nove lideranças, representantes de todas as etnias do FIEI. Essas duas instâncias, juntamente com o Núcleo Docente Estruturante, discutem e decidem todo o ordenamento e ações do curso.

A realidade sociolinguística do curso FIEI é rica e complexa. Há estudantes indígenas oriundos de povos que falam o português como primeira língua, caso dos Pataxó, Xakriabá, Pataxó Hãhãhãe e que estão imbuídos na busca de projetos de reavivamento/revitalização das suas línguas ancestrais. Por outro lado, há povos que falam suas línguas originárias como primeira língua, os Guarani e os Maxakali, que procuram fortalecer suas línguas ao mesmo tempo em que procuram aperfeiçoar a língua portuguesa. Nesse cenário, são também observadas as variedades de português indígena – o português apropriado e falado por indígenas, que apresenta características específicas na estrutura, no léxico, na organização dos textos orais e escritos, características essas que variam de povo para povo (cf. Gorete Neto, 2021; 2018).

O currículo do curso tem como centralidade o território e a realidade indígenas. É condição para colar grau no FIEI, o desenvolvimento, ao longo do curso e sob a supervisão de um docente, de uma pesquisa que esteja relacionada a alguma demanda vinda do território indígena – o Percurso Acadêmico. Temáticas diversas vem sendo investigadas, também diversos têm sido os produtos oriundos dessas pesquisas: catálogos, filmes, podcasts, materiais didáticos, dentre outros, mostrando a vivacidade e relevância da investigação realizada por indígenas.

No entanto, em relação às línguas faladas no FIEI, há inúmeros desafios a serem enfrentados, apesar de o curso incentivar o uso das línguas indígenas nas aldeias e na universidade – em seminários e palestras com sábios e lideranças indígenas; através da possibilidade de escrita dos percursos nas línguas indígenas, entre outros. Há que se considerar que, independentemente da habilitação, qualquer professor indígena pode ser

solicitado por sua comunidade a discutir as línguas indígenas em seu território, o que aumenta a responsabilidade das licenciaturas indígenas em formar nesse aspecto.

Ao examinar-se o Projeto Pedagógico do curso (FIEI, 2009), já nos objetivos do curso e no perfil do egresso não se encontram menção às línguas indígenas e nem à necessidade de este docente estar preparado para lidar com as línguas indígenas, ainda que se preveja que devam atender as escolas indígenas específicas, diferenciadas e bilíngues (Gorete Neto, 2018, p. 1349). No que se refere ao conjunto de disciplinas ofertadas para todas as habilitações, há uma lacuna importante na oferta de disciplinas que tematizem as línguas indígenas, seu estudo, seu ensino. Apenas uma disciplina aborda a questão do uso da linguagem – Leitura e Produção de Textos Acadêmicos. Ainda assim, o enfoque é a apropriação do português acadêmico e não as línguas faladas pelos povos indígenas.

Essas constatações indicam que a IDIL 2022-2032 configura-se em enorme desafio para cursos de licenciatura indígena, como o FIEI. A Declaração de Los Pinos é enfática na recomendação de que o ensino das línguas deve ser realizado em todos os níveis, incluindo o superior:

Promoção do uso público e do ensino aprendizagem das línguas indígenas, faladas pelos povos indígenas, em todos os níveis. Deve-se promover a aprendizagem e ensino das línguas indígenas na escola, na primeira infância e em outros ambientes de aprendizagem, através da educação não formal, com a utilização das pedagogias indígenas. Deve-se promover a educação intercultural bilíngue em todos os níveis educacionais, não somente nas etapas iniciais, mas também no ensino superior e aprendizagem permanente, incluídos o ensino e a formação técnica e profissional. (Declaração de Los Pinos, 2020, p. 11)⁹⁶

Há também o indicativo de que as línguas indígenas podem e devem ser ensinadas em contextos não formais de educação, com ênfase nas pedagogias indígenas. Isso não diminui a responsabilidade do professor indígena, que certamente será acionado para atuar nesse ensino ou para propor estratégias de ensino. Aumenta, portanto, a necessidade de formação nas licenciaturas indígenas para a reflexão e o ensino de línguas indígenas com o intuito de melhor contribuir para o ensino de línguas em contextos informais de educação.

⁹⁶ Promoción del uso público y de la enseñanza y el aprendizaje de las lenguas indígenas, expresadas por los pueblos indígenas, a todos los niveles. Debería promoverse el aprendizaje y la enseñanza de las lenguas indígenas en las escuelas, los entornos de la primera infancia y otros entornos de aprendizaje, mediante la educación no formal y el aprendizaje informal, y deberían incluirse pedagogías indígenas. Debería promoverse la educación intercultural bilingüe en todos los niveles educativos, no solo en las etapas iniciales, sino también en la enseñanza superior y el aprendizaje permanente, incluida la enseñanza y la formación técnica y profesional. (Declaración de Los Pinos, 2020, p. 11)

Pistas Para a Reflexão Sobre as Línguas nas Licenciaturas Indígenas com Vistas à IDIL 2022-2032

Apesar da boa vontade dos envolvidos na formação do docente indígena, em especial no curso FIEI, alguns aspectos podem ser aperfeiçoados na busca da reflexão sobre as línguas faladas pelos povos indígenas bem como sobre as estratégias de promoção, revitalização e ensino dessas línguas.

Um desses aspectos é abrir espaço no currículo para disciplinas que tratem especificamente das línguas faladas pelos povos indígenas e que instrumentalizem os professores tanto para compreender as próprias línguas como para ensiná-las. É importante que os docentes tenham conhecimentos de áreas da Linguística tais como fonética, fonologia, morfossintaxe, semântica, dentre outros, com o intuito de serem capazes de fazer análises linguísticas consistentes de suas línguas, como informa D'Angelis (2012). Igualmente importante que conheçam os aportes da Linguística Aplicada que apresenta profundas reflexões sobre o uso das línguas, dentro e fora da sala de aula, além de discutir a construção de materiais e estratégias de ensino de línguas. As disciplinas devem contemplar as línguas que são faladas pelos povos indígenas do curso, sejam as línguas ancestrais ou as variedades indígenas do português. Além disso, tais disciplinas devem favorecer o olhar crítico do professor indígena para a oralidade, a escrita, o grafocentrismo (centralidade da escrita no mundo ocidental), dentre outros.

D'Angelis (2012, p. 144) assevera que a formação de professores indígenas para atuação em escolas indígenas deve ter pelo menos quatro pilares. O primeiro seria a 'capacitação em língua materna':

implica numa reflexão sobre a língua que permita ao professor interpretar as produções linguísticas de seus alunos (quer orais, quer escritas) dentro de uma concepção adequada de linguagem, capaz de lidar com variação dialetal, com mudança linguística e com o papel ativo do falante na elaboração de hipóteses sobre sua própria fala (D'Angelis, 2012, p. 144).

O segundo pilar é a 'capacitação em língua portuguesa':

[...] significa, em primeiro lugar, uma compreensão da realidade sociolinguística brasileira, com suas variantes dialetais e de classe, e o esclarecimento de noções distintas como norma culta ou padrão, norma canônica ou gramática e norma escrita, que são frequentemente confundidas e entendidas como sinônimos [...]. Além disso, a

capacitação em língua portuguesa deve desenvolver as habilidades dos professores em formação, na leitura e expressão (oral e escrita) desta língua (D'Angelis, 2012, p. 145).

Em terceiro lugar, é necessária a 'capacitação em ensino de línguas' uma vez que, de acordo com D'Angelis (2012, p. 145), "para ensinar línguas, não basta ser falante delas". Para o autor, é ainda "fundamental levar o aluno/professor a reconhecer as diferenças entre ensino de primeira língua e ensino de segunda línguas e as diferentes metodologias empregadas nesses casos." (p. 146). Por fim, a 'capacitação em bilinguismo e ensino bilíngue' refere-se a

compreensão dos contextos sociais bilingues, e, em particular, a compreensão das causas históricas e sociais da realidade bilingue das comunidades [...] e das particularidades das situações bilingues em que uma língua de prestígio social de longa tradição oral e prática escrita defronta-se com uma língua minoritária de longa tradição oral e prática escrita muito recente. [...] impõe-se tematizar aí, também as noções de política e planejamento linguístico (D'Angelis, 2012, p. 146).

Considerando esses quatro pilares e a proposta de reestruturação da oferta de disciplinas no curso FIEI, abre-se a exigência de contratação de professores universitários que tenham conhecimentos suficientes das línguas indígenas para poderem ensiná-las. Se forem professores indígenas, ainda muito poucos nas universidades, tanto melhor.

Outro aspecto é garantir a presença de intérpretes e tradutores para os povos falantes de português como segunda língua. A um só tempo, esta ação possibilita garantir mais conforto a esses falantes e melhor acesso aos conhecimentos universitários, para além de melhorar a troca de saberes entre povos indígenas e universidade.

Por fim, há que ser considerada também a necessidade de uma escuta mais apurada dos povos indígenas, de seus sábios e intelectuais, principalmente em relação aos pressupostos teóricos utilizados para tratar das realidades indígenas. Um exemplo é o debate em torno do conceito 'língua', uma noção polissêmica, imprecisa e eurocentrada, que ainda norteia boa parte das pesquisas sobre linguagem, como já problematizaram César & Cavalcanti (2007), Gorete Neto (2018).

Para ilustrar essa polissemia, três definições de língua serão apresentadas em linhas gerais. Em primeiro lugar, Saussure (1970) definiu língua como sistema estruturado de signos, imutável, homogêneo, formal, abstrato, depositado na mente do falante – e distinguiu 'língua' de 'fala' – ato individual, variável, associada a fatores externos. Somente a primeira é adequada para a pesquisa Linguística, consoante os estudos

saussureanos. Chomsky (1978, 1998), por sua vez, diz que língua é um sistema de princípios radicados na mente humana. Em comum com a teoria saussureana, está a supressão do contexto de uso das línguas nas investigações linguísticas. Por último, Bakhtin (1997, 1979) afirma que língua é discurso, é heterogênea, historicamente situada, afetada pelos contextos de uso e pelas relações de poder e não se resume a sistemas abstratos.

César & Cavalcanti (2007) refletem que concepções essencializadas de língua prejudicam o trabalho com línguas consideradas minoritárias, tais como as indígenas, uma vez que tais definições operam a favor da colonialidade (Quijano, 1992), contribuindo para invisibilizar diferenças e para reduzir uma multiplicidade de usos linguísticos sob o termo 'língua'.

Os intelectuais indígenas também questionam esses pressupostos e chamam a atenção para as implicações que o uso essencializado do termo língua tem para os povos indígenas. Segundo o pesquisador e professor Uilding Braz, do povo Pataxó:

[...] na visão de muitos linguistas a língua Pataxó não seria considerada como língua Pataxó uma vez que usa elementos morfossintáticos da língua portuguesa. Felizmente, nós, apesar de sermos alvos de críticas e de contradições por muitos dos/das linguistas, insistimos em querer algo nosso não apenas por causa do outro como dizem, mas por motivo de termos o compromisso e respeito com nós mesmos, com nossos ancestrais, anciãos e com nosso povo, não é o caso de pensar em uma língua "pura" visto que a língua está em constante relação com outras, ocorrendo assim o empréstimo linguístico e com relação à língua Pataxó o empréstimo é valorizado (Braz, 2016, p. 37).

O trecho acima é uma resposta a vários pesquisadores que diziam que esse povo não fala mais sua língua. Esta crítica também se estendia ao programa de revitalização linguística conduzido pelo povo Pataxó que através da pesquisa das palavras escondidas nas memórias dos mais velhos, juntamente com o empréstimo de palavras da língua portuguesa, facultou o reavivamento da língua Pataxó. Braz (2016) descreve esse processo em seu percurso acadêmico, mostrando que seu povo não só fala a língua originária, mas que a ressignificou.

Os pesquisadores das universidades, apoiados em conceitos enrijecidos, desconsideram a violência sistemática e o silenciamento pelo qual passam os povos indígenas, desde a invasão portuguesa, e assim contribuem para que este silenciamento continue. Não se atentam também para o fato de que a afirmativa 'um povo não fala mais sua língua' pode ser utilizada por anti-indígenas, contra os direitos indígenas, haja vista

que muitos afirmam que se o indígena não fala a língua, não é índio e, portanto, não tem direito à terra. Logo, a utilização de conceitos para lidar com as realidades indígenas não pode ser feita de maneira desavisada.

Braz (2016) propõe assim uma nova definição de língua, mais condizente com a realidade Pataxó, a partir da metáfora da árvore que foi podada, mas que, por ter raízes profundas, rebrota:

Desta forma, assim como nossos avós têm experiência multiplicada, a árvore nova poderia até estar fina, mas ela teria sua base forte, e é dessa forma que imaginamos a nossa língua. Uma língua que não é isolada, uma língua cortada, onde fomos obrigados a não falar e por consequência disso até fomos chamados de povo sem língua. Mas, hoje podemos dizer que nossa língua está emergindo dos nossos anciãos. E como a árvore nova não é a mesma árvore velha, a nossa língua também não é e nem seria (Braz, 2016, p. 38).

A acepção acima permite compreender a realidade complexa de uso das línguas pelos povos indígenas. Torna possível refletir sobre a língua de maneira historicamente situada e, sobretudo, visibiliza a resistência dos povos indígenas que vêm agindo criativamente para promover e reavivar suas línguas ancestrais.

Tudo isso precisa ser discutido com os povos indígenas nos cursos de formação docente. Conforme apresentado, os cursos de licenciaturas indígenas, em especial o FIEI, precisarão investir na readequação do currículo, das disciplinas, na contratação de docentes indígenas e não indígenas capazes de refletir sobre as línguas em uso pelos povos indígenas. Será necessário também uma disposição ao diálogo, ao questionamento das certezas teóricas e pedagógicas, para abrir espaço ao ponto de vista indígena. A IDIL 2022-2032 é um bom pretexto para que esse debate ocorra.

Considerações Finais

Neste texto, procurei refletir sobre a instauração da Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032) e a formação de professores indígenas para a reflexão sobre as línguas indígenas, no contexto das licenciaturas interculturais. Se por um lado a Década configura-se em grande oportunidade de conscientizar indígenas e não indígenas para a importância das línguas indígenas, por outro lado, ela acentua os desafios da formação do docente indígena para a reflexão teórico-prática sobre as línguas faladas pelos povos indígenas.

Dentre os desafios estão a reestruturação das licenciaturas interculturais, a reorganização e proposição de disciplinas que tratem da questão do uso das línguas pelos povos indígenas, a contratação de docentes indígenas e não indígenas que tenham conhecimentos sobre as línguas indígenas, sobre as teorias linguísticas, sobre os processos de ensino aprendizagem e que estejam atentos à realidade sociolinguística de cada povo.

Mais ainda desafiante é que a universidade ouça os intelectuais e sábios indígenas quando questionam conceitos cristalizados com os quais a academia lida, nomeia e define as realidades indígenas. Estratégias de escuta precisam ser criadas, junto com os povos indígenas, de maneira horizontal, e isso causa desconforto e resistência em muitos acadêmicos. Todos esses desafios serão melhor enfrentados com a presença indígena na universidade, na graduação, na pós graduação e na docência. Esta presença indígena ativa precisa ser buscada e garantida.

No entanto, não se pode esquecer que a chegada e a permanência de estudantes indígenas nas universidades – uma grande conquista do movimento indígena - estão sob constante ameaça. Esse tem sido, por exemplo, um momento de ataque às universidades federais e, em especial, os cursos de licenciaturas interculturais vêm enfrentando enormes dificuldades para continuarem em funcionamento, desde 2016.

Um dos problemas é a descontinuidade do financiamento das licenciaturas indígenas, como o FIEI. Até meados de 2017, ainda havia recursos destinados à formação docente indígena que foram minguando até sua extinção no governo bolsonarista, claramente contrário aos direitos dos povos indígenas, como vêm denunciando várias organizações indígenas, dentre elas, a APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil). A falta de financiamento impede a ida dos docentes aos territórios indígenas para realizar as etapas intermediárias, impactando fortemente a proposta pedagógica do curso. Outro impacto negativo desse corte de verbas é o impedimento da vinda de lideranças e sábios indígenas para contribuir nas etapas intensivas e para participarem das reuniões colegiadas, momentos em que são decididos os caminhos que o curso deve trilhar e momentos em que circulam as línguas indígenas faladas por eles. Sem a participação das lideranças e dos sábios, um pilar fundamental do curso – a relação com o território – fica seriamente comprometido.

Outro problema grave é a descontinuidade do programa de Bolsa Permanência⁹⁷. Por cerca de dois anos o governo federal não abriu inscrição para bolsas. Em 2022, vagas foram abertas, mas em número insuficiente para atender todos os estudantes que têm direito à bolsa. Estima-se que de cada dez estudantes que têm direito à bolsa, apenas quatro conseguem o benefício⁹⁸. Sem esse auxílio financeiro, é impossível que os estudantes indígenas custeiem a viagem de seus territórios até a universidade, a alimentação, a moradia, os materiais didáticos e outras despesas durante suas estadias nas etapas intensivas. É necessário compreender que utilização da bolsa não opera com a lógica não indígena, ocidental e individualista, de uso do dinheiro. Em geral, a bolsa custeia também despesas familiares dos estudantes indígenas que, em boa parte, chegam à universidade com famílias constituídas. Inclusive alguns membros das famílias acompanham os estudantes indígenas na universidade.

Sem os povos indígenas na universidade não existe a possibilidade de discutir a formação do professor indígena em nível superior. Certamente isso impacta a promoção das línguas indígenas e o trabalho a ser desenvolvido durante a IDIL 2022-2032.

Por fim, em tempos de tão grandes ataques aos direitos dos povos indígenas, é preciso lembrar que a demarcação das terras indígenas é condição essencial para que o direito ao uso das línguas indígenas se concretize. Sem a terra não existe saúde, não existe educação, não existe vida. É no território indígena que as línguas circulam, são criadas, reinventadas e ressignificadas. Desta forma, a construção da Década Internacional das Línguas Indígenas enseja discussões em diferentes campos, como o da formação do docente indígena, mas, sobretudo, impulsiona o compromisso com a luta pelos direitos indígenas, principalmente o direito à terra.

Referências

Bakhtin, M. (1997). *Estética da criação verbal*, (2ª ed., M. E. G. G. Pereira, Trad.). Martins Fontes.

Bakhtin, M. (1979). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Hucitec

⁹⁷ “O Programa de Bolsa Permanência instituído em 2013 tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica das instituições federais de ensino superior”. Informações do site do MEC <http://sisbp.mec.gov.br>

⁹⁸ Ver mais em <https://apublica.org/mec-de-bolsonaro-nega-bolsa-permanencia-a-indigenas-e-quilombolas/>

Brasil (2015) Resolução nº 1, de 7 de janeiro de 2015, Institui *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio* e dá outras providências.

Brasil (2012) Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012, Define *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica*.

Brasil (1999) Resolução CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999, Fixa *Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências*.

Brasil (1996) *Lei de Diretrizes e Bases*. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

Brasil (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. <http://www.planalto.gov.br/constituicao>

Braz, U. C. (2016). *O ensino de língua patxôhã na escola indígena Pataxó Barra Velha: Uma proposta de material didático específico*, [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório UFMG <https://www.biblio.fae.ufmg.br/monografias>

César, A. L. S., & Cavalcanti, M. C. (2007). Do singular para o multifacetado: O conceito de língua como caleidoscópio. Em M. C. Cavalcanti & S. M. Bortoni-Ricardo (Orgs.) *Transculturalidade, linguagem e educação*, (pp. 45-66). Mercado de Letras.

Chomsky, N. (1978). *Aspectos da teoria da sintaxe*, (2ed. J. A. Meireles & E. P. Reposo, Trad.). Armênio Amado.

Chomsky, N. (1998) *Linguagem e mente: Pensamentos atuais sobre antigos problemas*, (L. Lobato, Trad.). Editora Universidade de Brasília

D'Angelis, W. R. (2012) Propostas para a formação de professores indígenas no Sul do Brasil. Em D'Angelis, W. (Org.). *Aprisionando sonhos: A educação escolar indígena no Brasil*, (pp. 137-151). Curt Nimuendajú.

Declaración de los Pinos [Chapoltepek], Construyendo un Decenio de Acciones para las Lenguas Indígenas (2020). *Documento final del Evento de Alto Nivel titulado "Construyendo un Decenio de Acciones para las Lenguas Indígenas"* con motivo de la clausura del Año Internacional de las Lenguas Indígenas, 27 y 28 de febrero de 2020 Ciudad de México (México), <https://unesdoc.unesco.org/374030spa>

Formação Intercultural para Educadores Indígenas. (2009). *Projeto Político Pedagógico*, Colegiado FIEI em Belo Horizonte.

Gorete Neto, M. (2018) Línguas em conflito em cursos de licenciatura intercultural indígena. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 57(3), 1339-1363.

Gorete Neto, M. (2021) As línguas faladas pelos povos indígenas: O caso da língua portuguesa. Em Costa, P. L. (Org.) *Educação d.C: O papel das mulheres nesse desafio*, (pp. 89-99). PARIMPAR.

Nascimento, R. G. (2017). Educação superior de professores indígenas no Brasil: Avanços e desafios do Programa de Licenciaturas Interculturais Indígenas. *Revista Educación Superior y Sociedad*, 20, 49-75.

Quijano, A. (1992). Colonialidad y Modernidad-razionalidad. Em H. Bonillo (Org.). *Los conquistados*, (pp. 437-449). Tercer Mundo Ediciones, FLACSO.

Saussure, F. (1970). *Curso de Linguística Geral*. Editora Cultrix.

UNESCO (2020, 24 nov 20). *Be a part of strategic planning*. <https://en.unesco.org/news>

UNESCO (2020), *Resolution adopted by the General Assembly on 18 December 2019, A/RES/74/135*, 2020. <https://undocs.org/en/A/RES/74/135>